



Evento	Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2015
Local	Porto Alegre - RS
Título	O PAPEL DO GOVERNO CHINÊS NA POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO DE INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO
Autor	RAÍSSA MATTANA
Orientador	JACQUELINE ANGELICA HERNANDEZ HAFFNER

O PAPEL DO GOVERNO CHINÊS NA POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO DE INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO

Autora: Raíssa Mattana.

Orientadora: Jacqueline Haffner.

Instituição de Origem: UFRGS.

A presente pesquisa pretende destacar a importância da regulamentação e intervenção do Estado chinês no setor de exportação de investimentos diretos. O papel estatal é verificado a partir do início dos anos 90, onde houve uma decisão pró-ativa do governo que objetivava introduzir uma preparação para tratados liberais no país e, principalmente, com os países em desenvolvimento. Para isso, criou-se à época o instrumento legal mais importante para regularizar e direcionar os investimentos chineses no exterior, o qual foi chamado de Tratado de Investimento Bilateral (*Bilateral Investment Treaty - BIT*). Este mecanismo estava dentro de uma estratégia maior adotada pelo governo chinês, a “*Going Global*”, a qual veio a ser utilizada oficialmente somente em 1999. Esta estratégia formulou um pacote de medidas para impulsionar os IEDs chineses que estavam concentrados internamente, ao mesmo tempo em que oferecia apoio para as empresas que efetivariam os investimentos.

Inicialmente, as empresas adequadas para o programa chinês eram as que o governo detinha parcial ou total participação no processo decisório da empresa, principalmente na sua intenção de investir no exterior. Estas empresas são conhecidas pela sigla SOE (*State-Owned Enterprise*). Desse modo, a regulamentação passava a ter um caráter mais liberal, no entanto, o controle seria quase o mesmo por parte do Estado. O processo de abertura para o investimento externo contou com quatro fases, as quais, gradualmente, foram dando maior nível de liberdade para as empresas. As fases serviram com o propósito principal de adequar, de forma progressiva, as empresas chinesas que nunca haviam feito investimentos em outros países, e de certo modo ensiná-las a procurar o setor mais promissor para efetivar este investimento. Este também foi considerado um nicho para o governo aplicar na prática seus objetivos estratégicos: o de conseguir investir em fontes de matérias-primas escassas internamente, sem as quais não haveria o crescimento chinês pelo processo industrial, além de fazer alianças através de políticas aparentemente comerciais com outros países.

Para tanto, e aqui foco no que é o objetivo final desta pesquisa, o governo precisou criar comissões e repartições governamentais específicas para regulamentar, avaliar e impulsionar, dentre outras atribuições, as empresas que tinham potencial para o fornecimento de IED. Assim, nasceu a Comissão Administrativa e de Supervisão de Ativos Estatais (*State-Owned Asset Supervision and Administrative Commission – SASAC*) que tem como atribuição a seleção das empresas potenciais para investir e proporcionar o apoio que for preciso para realizar tal investimento.

De acordo com o que foi previamente exposto, pretende-se desenvolver esta pesquisa a partir da seguinte metodologia: (i) buscar a literatura baseada à época do maior desenvolvimento das políticas de regulamentação e incentivo ao IED chinês (2007 – 2008); (ii) desenvolver uma retrospectiva, dentro dessa literatura, quanto às teorias que buscaram explicar a ação estatal chinesa dentro do setor de exportação de investimentos; (iii) verificar, a partir de dados analíticos e informativos, esta ação estatal para o fluxo de investimentos; e (iv) analisar como esta prática do governo chinês pode servir de modelo aos IEDs do Brasil, em última instância.

Os resultados parciais baseiam-se na afirmação da hipótese de que o papel governamental foi o que realmente impulsionou os IEDs chineses, e iniciou o grande fluxo de investimento exterior que hoje é visto a partir de empresas chinesas. A partir disso, pode-se colocar que o crescimento chinês, dentro da cadeia financeira internacional, foi o mote para que a China tenha alcançado essa posição nas finanças internacionais e no seu crescimento como um todo. E, por conseguinte, pode-se questionar se este molde de inserção internacional pode ser aplicado ao Brasil, analisando a construção da regulamentação brasileira e do papel que o Estado exerce para impulsionar os IEDs.